

DÁVILA, JERRY. *HOTEL TRÓPICO: O BRASIL E O DESAFIO DA DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA (1950-1980)*. TRADUÇÃO DE VERA LÚCIA MELLO JOSCELYNE. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2011.

Jefferson José Queler*

Universidade Federal de Ouro Preto

Compreender acontecimentos na sociedade brasileira em sua fase republicana de uma forma desterritorializada, eis um dos desafios de um presente marcado amplamente por uma lógica globalizada. É o que se propõe a fazer o historiador norte-americano Jerry Dávila, professor da Universidade da Carolina do Norte. Em seu estudo, ele é bem-sucedido ao demonstrar como determinados movimentos sociais e orientações políticas atuantes no Brasil entre 1950 e 1980 devem ser compreendidos à luz de trocas culturais, políticas e econômicas ocorridas no âmbito do oceano Atlântico, especialmente aquelas

* Pós-doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

efetuadas com países africanos em processo de emancipação ou recém-egressos de anos de colonização europeia. O autor não explicita suas balizas teórico-metodológicas, mas sua bibliografia sugere os trabalhos de Paul Gilroy e de Luiz Felipe de Alencastro – estudiosos do tráfico de escravos e das relações por ele engendradas no universo do Atlântico – como fontes de inspiração.

O trabalho teve sua problemática detonada em momento em que o Brasil retomava o foco no continente africano no plano das relações internacionais – esmaecido desde meados da década de 1980 – durante o governo Lula; e em conjuntura em que ações afirmativas, por meio de bolsas de estudos, eram adotadas para ampliar o ingresso de afrodescendentes no corpo diplomático nacional, acusado de não representar a composição étnica da população brasileira e de perpetuar o domínio de uma elite branca. Discípulo de Thomas Skidmore, historiador brasilianista com pesquisas em torno da questão racial, Dávila desenvolve sua abordagem historiográfica a partir de um lugar. Os Estados Unidos também possuem uma questão racial candente, a qual o autor parece querer compreender melhor a partir do estudo do caso brasileiro.

Em seu rol de fontes constam memórias, correspondências do arquivo do Itamaraty, documentos de arquivos pessoais conservados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) – respectivamente órgãos de repressão no Brasil e em Portugal –, um amplo leque de jornais das mais diversas nacionalidades – com destaque para os brasileiros e os africanos –, além de uma série de entrevistas. Trata-se de material muito rico e bastante pertinente para investigar a temática delineada pelo autor. O trabalho de análise e interpretação das fontes, por sua vez, traz muitos detalhes sobre os bastidores da política externa brasileira e sobre o modo como o Brasil era apresentado e visto na África.

O livro é muito importante por mapear diversos sujeitos e instituições que ajudaram a sustentar o mito da democracia racial e as trocas de mercadorias e ideias ao longo do Atlântico são peças-chave para tanto. Seja no Brasil ou na África, foram muito difundidas as ideias de Gilberto Freyre sobre uma suposta convivência harmônica entre os colonizadores portugueses e os povos por eles colonizados, o chamado lusotropicalismo. Tal perspectiva, ao negar a existência de racismo e dominação, justificava arraigadas hierarquias sociais entre brancos e negros por aqui, enquanto negava a exploração colonial nas outras margens do Atlântico – por exemplo, o governo Salazar tratava suas colônias como “províncias ultramarinas”. Ademais, a noção de

democracia racial foi largamente utilizada pelo governo brasileiro para estabelecer vínculos econômicos e geopolíticos com países africanos. Ao reivindicar sua ligação histórica com a África, políticos e diplomatas buscaram abrir amplos mercados naquele continente, bem como selar alianças capazes de conferir maior autonomia ao Brasil em meio às disputas da Guerra Fria. Foi assim com a chamada política externa independente, levada adiante nos governos de Jânio Quadro e de João Goulart. Foi assim também durante parte dos anos de chumbo, em que governos militares retomaram e readaptaram tal projeto. Particularmente no que diz respeito à administração Geisel, Dávila considera seu reconhecimento do regime marxista de Angola como “incongruente” ou “contraditório”. Reprimir violentamente opositores de esquerda no Brasil e, ao mesmo tempo, travar relações com um regime revolucionário parecem-lhe atitudes incompatíveis. Com isso, ele deixa de compreender tais posicionamentos a partir de interesses de grupos sociais.

No entanto, sua própria pesquisa sugere uma gama de agentes engajados na tarefa de estabelecer pontes entre o Brasil e a África. São empresários ou companhias privadas interessadas em vender produtos agropecuários ou manufaturados (desde chuveiros até automóveis) no mercado africano, vislumbrado por eles como mais acessíveis quando comparados aos seus congêneres europeu e norte-americano. Uma empresa estatal como a Petrobrás, atenta ao potencial de exportação de petróleo na Nigéria em meio ao tumultuado cenário internacional da década de 1970 para a negociação do combustível. As pressões desses grupos coincidem com a inclinação de muitos intelectuais brasileiros em identificar na África as raízes da cultura de seu país. Antônio Olinto, Zora Seljan e Rubem Braga foram enviados como representantes diplomáticos àquele continente. Ainda no que diz respeito às pressões de grupos sociais na conformação da política externa, o autor apresenta argumento pouco convincente acerca do apoio constante do Brasil à política colonialista de Portugal na ONU. Ele aponta a influência da comunidade de imigrantes portugueses nos posicionamentos do governo brasileiro, interpretação que parece ter tirado de uma de suas entrevistas. Trata-se de hipótese interessante, mas não fundada em pesquisa empírica.

Uma contribuição importante do trabalho de Dávila é demonstrar como a contestação aos ideais do lusotropicalismo ou da democracia racial ocorreu praticamente de forma simultânea no Brasil e na África. Exemplo muito significativo refere-se às críticas do angolano Mário de Andrade, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e colaborador da publicação nacionalista de língua francesa *Présence Africaine*, ao trabalho de Gilberto Freyre em 1955. Para ele, a ênfase deste último na influ-

ência das preferências sexuais dos portugueses por mulheres negras havia levado a um descaso pelos aspectos econômicos e políticos do colonialismo. De forma contundente, ele questiona: “Que participação harmoniosa e cordial pode existir na África sob a dominação portuguesa, onde as culturas indígenas são destruídas sistematicamente por uma política feroz de assimilação? Os homens são destruídos e populações inteiras reduzidas a trabalhos forçados?”. Críticas como essa se anteciparam aos ataques de Florestan Fernandes à noção de democracia racial em seu clássico *A integração do negro na sociedade de classes*, cuja primeira edição é de 1964. Ao mesmo tempo em que o mito da democracia racial era atacado no Brasil e na África, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos tomava força: sinal de que as trocas de ideias no Atlântico teceram não apenas as malhas da dominação como também as redes de resistência a ela.

Tais vozes, em diversas ocasiões, foram censuradas ou abafadas. Diversos membros do Itamaraty atuaram para impedir que elas viessem à tona. Por exemplo, Abdias do Nascimento, figura de proa do movimento negro brasileiro, teve suas opiniões cerceadas no Festival de Artes e Culturas Africanas realizado em Lagos na Nigéria em 1977. Na ocasião, o governo brasileiro pretendia promover o africanismo do Brasil e com isso apoiar o número crescente de bens de consumo e de serviços técnicos vendidos àquele país. A documentação diplomática indica que, ao tentar contestar a imagem de que diferentes etnias conviviam em harmonia no Brasil, Abdias foi monitorado por representantes do governo brasileiro, os quais tentaram suprimir sua mensagem. Anos antes, em 1964, também na Nigéria, o ator Antônio Pitanga buscou promover o filme *Ganga Zumba*, no qual desempenhava o papel de Zumbi dos Palmares. As relações conflituosas entre negros e brancos nele representadas incomodaram profundamente o embaixador brasileiro Meira Penna. Este colocou obstáculos à reprodução da película, classificando-a como não “condizente com os interesses de nossa política nesta parte do mundo”.

O livro de Dávila, ao discutir a questão racial e seus desdobramentos durante 30 anos da história recente, vem a lume em momento importante: a maior parte das universidades públicas brasileiras ampliou o acesso de afrodescendentes em suas fileiras por meio de cotas. Em tal cenário, seu trabalho demonstra como amplos setores da burocracia governamental, escoreados por interesses de grupos privados e estatais, procuraram sustentar o mito da democracia racial. Dessa forma, em suas estratégias para ampliar mercados na África ou conquistar maior autonomia em meio ao cenário da Guerra Fria, bem como manter o domínio da elite branca no país, tais sujeitos impuseram obstáculos para a discussão das profundas desigualdades

existentes entre brancos, negros e pardos no Brasil, bem como do racismo velado que viceja em nossa sociedade. Portanto, o livro pode ser de interesse para historiadores, cientistas sociais, estudiosos de relações internacionais e de economia, e para o público em geral interessado na inserção do Brasil no cenário global e no problema das suas arraigadas desigualdades sociais.

Recebido: 05/06/2013 – Aprovado: 18/05/2014.

